

MÁSCARAS SANITÁRIAS PARA CRIANÇAS: GOVERNAMENTO DAS INFÂNCIAS E GOVERNAMENTALIDADE DEMOCRÁTICA NA GESTÃO DOS CORPOS EM TEMPOS DA COVID-19

Tássio Acosta¹
Tiago Duque²

Resumo: Esse artigo analisa as máscaras sanitárias como um artefato cultural a partir do concurso do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Compreende-se o seu uso através de uma lógica de governo das infâncias a partir das expectativas curriculares nela existentes. Utiliza-se a etnografia online como metodologia e a perspectiva teórica pós-crítica em Educação nas análises. Conclui-se que, com a existência de uma governamentalidade democrática, as infâncias passam a ser amalgamadas em processos de identificação protética de gênero para se produzir comportamentos desejados. Além disso, reconhece-se as resistências ao uso de máscaras por meio de compartilhamento de memes nas mídias sociais.

Palavras-chave: Infâncias; Governo; Governamentalidade democrática; Artefato Cultural; Etnografia Online.

Sanitary masks for children: governance of childhoods and democratic governmentality in the management of bodies in Covid-19

Abstract: This article analyzes sanitary masks as a cultural artifact from the contest of the Ministry of Women, Family and Human Rights. Its use is understood through a logic of childhood governance based on the curricular expectations that exist in it. The online ethnography is used as methodology and the post-critical theoretical perspective in Education in the analysis. It is concluded that, with the existence of democratic governance, childhood becomes amalgamated into processes of gender prosthetic identification to produce desired behaviors. In addition, it is recognized the resistance to the use of masks through the sharing of memes in social media

Keywords: Childhoods; Government; Democratic governmentality; Cultural Artifact; Online Ethnography.

¹ Universidade Estadual de Campinas (tassioacosta@gmail.com)

² Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (tiago.duque@ufms.br)

INTRODUÇÃO

Entre os anos de 1980 e 1990, com a intensificação das mobilizações sociais e com a redemocratização do Estado brasileiro, vivencia-se significativa mudança de mentalidade no trato aos sujeitos. Promulga-se a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), instituem-se o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1993), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 1996) e, por fim, os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (BRASIL, 1997).

A importância desses documentos se dá pelo olhar para as infâncias e pelo reconhecimento das especificidades inerentes a elas. Passa-se a valorizá-las como sujeitos de direito e, portanto, torna-se necessária a responsabilidade do estado brasileiro para o seu melhor desenvolvimento, enquanto direitos sociais universais. Não obstante, o Art. 24, inciso XV, da Constituição Federal, garante a “proteção à infância e à juventude” (BRASIL, 1988), tal qual o Art. o 208, inciso VI, do Estatuto da Criança e do Adolescente, preconiza-se o “serviço de assistência social visando à proteção à família, à maternidade, à infância e à adolescência, bem como ao amparo às crianças e adolescentes que dele necessitem” (BRASIL, 1990). Com a aprovação das legislações educacionais, quais sejam, a LDB e os PCNs, em 1996 e 1998, respectivamente, a escola passa a ser um profícuo local para a promoção das infâncias de forma segura.

Na virada do século, ganha-se notoriedade internacional o programa bolsa-família (BRASIL, 2004) por sua atenção prioritária às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. Interessado em promover melhor seguridade social, o programa busca combater as pobrezas e propiciar melhor acesso aos serviços públicos, sobremaneira, à educação, saúde, segurança alimentar e assistência social.

Como contrapartida, as gestantes devem realizar exames de pré-natal, bem como atentar-se a saúde do bebê a partir do acompanhamento nutricional e da vacinação das crianças com até sete anos. Quanto a educação das crianças e adolescentes, de seis a quinze anos, devem estar matriculados e com frequência mínima de 85%, ao passo que os adolescentes, com idades entre dezesseis e dezessete anos, necessitam ter frequência escolar de pelo menos 75%.

A última alteração mais significativa na legislação das políticas públicas educacionais só foi concluída com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2018), após intensas disputas e descontinuidades.

Naquele contexto, o país já vivenciava uma série de rupturas no pensar a educação, sobretudo ao destacar professores interessados em debater sobre as (in)seguranças das crianças e adolescentes a partir das questões de gêneros e sexualidades como inimigos públicos da nação, inimigos a serem perseguidos e combatidos. Se possível, extirpados. A escola, local privilegiado para a defesa das infâncias, passou a ser erroneamente vista como espaço em que as desvirtuavam.

Embora esta temática se faça presente no debate educacional desde os PCNs (BRASIL, 1998), principalmente em seus dois últimos volumes, intitulados Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, respectivamente, com o recrudescimento do conservadorismo no país, professores foram cunhados como os responsáveis por quererem destruir os valores familiares tradicionais. Os debates sobre a temática foram agenciados por diferentes grupos sociais e os professores foram marcados como interessados em promover o que foi cunhado erroneamente de “ideologia de gênero”. Conforme destacado por Acosta e Gallo (2020), ao analisarem a questão da “ideologia de gênero” a partir de um deslocamento conceitual para “ideologia de gênese”, identificou-se uma influência dos valores morais cristãos na instituição das recentes políticas públicas educacionais.

Com a eleição federal de 2018 e com a criação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, o país passa a vivenciar significativa alteração no olhar para as infâncias a partir de forte influência conservadora de base religiosa. Tendo ascendido ao poder um governo declaradamente conservador e frente a esta mudança político-ideológica no Governo Federal, desde a redemocratização do estado brasileiro, convidamo-nos a pensar a campanha institucional³ promovida pelo referido Ministério acerca da importância da utilização de máscaras por crianças no combate à disseminação da Covid-19. As máscaras são entendidas a partir da noção de artefato cultural, centrada numa governamentalidade democrática, conforme debateremos nas seções a seguir.

Vale destacar que no vídeo de apresentação do concurso de máscara, a ministra Damares Regina Alves⁴, responsável pelo referido ministério, está usando uma camiseta com promoção institucional de um projeto interessado em

³ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=IcLZgdu-N_g%2F. Acesso em: 30 de jul. 2020.

⁴ No site oficial do governo federal, assim ela é apresentada: “Damares Alves cuida do Brasil com o aprendizado adquirido ao longo da vida como mãe, advogada, educadora e pastora evangélica”. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/damares-alves>. Acesso em: 19 de jul. 2021.

“oferecer apoio relacional às gestantes e mães de crianças com até dois anos de idade, por meio do acompanhamento de mães voluntárias, bem como promover o fortalecimento de vínculos familiares, a saúde e a cidadania dessas mulheres e crianças”. (BRASIL, 2020).

Percebe-se aqui o atrelamento do período da gravidez exclusivamente às mulheres ao responsabilizarem-nas pelo “fortalecimento de vínculos familiares” a partir de suas ações cotidianas. Ou seja, produz-se o entendimento de que a família preconizada pelo projeto piloto é a heterossexual e heteronormativa, a “família tradicional brasileira”, ignorando a existência de outras formações familiares presentes em sua sociedade.

Num rico trabalho sobre as novas modalidades de família na pós-modernidade, Maluf (2010) realiza uma genealogia do dispositivo familiar concomitantemente com os entendimentos legais e afirma que

a regulamentação homoafetiva já é uma realidade, que se ampara nos valores personalíssimos do ser humano, na internacionalização dos direitos humanos, na transformação dos valores dominantes na sociedade, cada vez mais humanizados. (MALUF, 2010, p. 321).

Ainda para a autora, quando o Governo Federal direciona uma campanha preconizando entendimentos heterossexuais e heteronormativos, as outras formações familiares são silenciadas e invisibilizadas, aumentando exponencialmente o estigma existente na sociedade.

De acordo com o vídeo institucional, a ministra ostenta uma grande cruz cristã em seu colar no pescoço e se apresenta como “a ministra das crianças do Brasil”. Desse modo, já se coloca como a responsável pelo cuidar e zelar das políticas públicas sobre as infâncias. Ao dar continuidade ao vídeo e falar sobre as regras do concurso, aparece, ao fundo dele, a imagem de uma mulher adulta com uma criança, ambas muito brancas, fazendo uma *selfie*. Posteriormente, enquanto fala sobre a obrigatoriedade de a criança fazer a sua própria máscara para o concurso, outra criança, também branca e de cabelos coloridos, aparece na base do vídeo usando máscara e “fazendo graça”. Ainda na divulgação da referida campanha, a ministra falou anunciou o prêmio à criança vencedora: passar um dia em companhia dela e da primeira-dama Michelle Bolsonaro.

Essas técnicas de si na arte de cuidar é o que entendemos como governamento das infâncias, ou seja, a forma como o poder se apropria

dos corpos, em suas brechas e discursividades, para a melhor condução de suas almas, seja por meio de legislações específicas ou por controle de suas práticas e comportamentos. Produzir legislações e inserir as infâncias nas instituições de seguridade social são formas para melhor controlar seus movimentos em suas ações cotidianas. Portanto, este é o cenário de fundo para a análise deste artigo.

Para o levantamento de dados, metodologicamente, usamos a etnografia online. A etnografia em ambiente virtual, também chamada por alguns de “netnografia”, “nasce em função da necessidade da academia de abordar um ‘novo’ espaço, o virtual, o online” (NOVELLI, 2010, p. 109). Ela surge como uma etnografia especializada, adaptada às contingências específicas dos mundos sociais de hoje, mediadas por computadores (KOZINETS, 2010). Trabalhamos reunindo e organizando dados presentes na internet, em documentos oficiais, páginas do Facebook, sites de notícias, canais do Youtube e imagens diversas. O “caderno de campo” foi sistematicamente compartilhado entre os autores por meio do *Google Docs*, mais precisamente uma “nuvem” compartilhada, um espaço online comum de organização de arquivos e também da própria escrita em coautoria deste artigo.

Teoricamente, nossa perspectiva é a pós-crítica em Educação, que, segundo Meyer e Paraíso (2014), é fruto do efeito combinados daquilo que conhecemos como abordagens teóricas com o rótulo de “pós” (pós-estruturalismos; pós-modernismos; pós-colonialismos; pós-gênero e pós-feminismo), assim como de outras abordagens que fazem deslocamentos importantes em relação às teorias críticas (Multiculturalismo, Pensamento da Diferença, Estudos Culturais, Estudos de Gênero, Estudos Étnico-Raciais, Estudos Queer, entre outros).

Assim, em um primeiro momento faremos aproximações teóricas a partir dos conceitos de biopoder e governamentalidade, o que nos permite pensar sobre a campanha aqui em foco. Em seguida, discutiremos as máscaras sanitárias como artefato cultural, portanto, o seu currículo e pedagogia cultural. Posteriormente, enfocaremos no governo das infâncias, indicando o quanto o momento pandêmico é oportuno para refletirmos sobre o modo como a sociedade de controle se caracteriza por meio de um currículo particular. Por fim, analisamos o quanto a pedagogia cultural pode ser compreendida de forma a também destacarmos as não correspondências com as expectativas de controle, especialmente em uma sociedade caracterizada de forma digitalmente midiática.

APROXIMAÇÕES TEÓRICAS

Este esquadramento das infâncias, fortalecido após a redemocratização do estado brasileiro, é de grande importância em nossa análise a respeito da propaganda institucional para o uso das máscaras sanitárias porque esta se mostra estruturada em dois importantes marcadores teórico-conceituais, quais sejam, biopoder e governamentalidade.

Quanto ao primeiro conceito, de biopoder, surgido a partir do séc. XVIII no estado moderno ocidental, para a gestão e regulação dos corpos, Foucault (2008) compreende-o, em sua aula inaugural de 11 de janeiro de 1978 no *Collège de France*, enquanto um “conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder” (FOUCAULT, 2008, p. 3).

O biopoder é a forma como o poder produziu maneiras de se apropriar do corpo, seriando em fases de vida, de aprendizagens e com a consequente necessidade da efetivação de políticas públicas para estes determinados estágios. Embora a sua operacionalização se dê no corpo do indivíduo, Veiga-Neto (2006) nos lembra que seu foco principal está na gestão da população. Pois, assim, torna-se mais fácil a condução dos corpos e das almas dos indivíduos, tendo como consequência uma maior padronização comportamental dessa mesma população.

Interessado em exemplificar como se dá a operacionalização do biopoder nos indivíduos, Foucault (2008) alude-se ao barco em movimento, nunca à deriva, sempre controlado para o seu melhor curso. Outro exemplo semelhante se dá em sua análise sobre o pastoreio, nas formas como governam-se o rebanho. Percebe-se, em sua análise, que o barco é uma alusão à cidade/território tal qual o rebanho refere-se as pessoas/sujeitos. Ambos, tanto o barco como o pastoreio são formados por indivíduos que, quando juntados em seu coletivo, tornam-se população e consequentemente de mais fácil governo.

Logo, o poder opera de forma difusa e heterogênea e, dentre os seus diversos objetivos, destacamos o da gestão dos corpos por meio de campanhas institucionais e políticas públicas, e, consequentemente, com condições de produzir subjetividades. Seja por meio da disciplina ou da anátomo-política, o poder opera sob o corpo com o intuito de melhor extrair seu poder produtivo para a regulação das populações.

Para Gallo,

Resistir à biopolítica é insistir na vida. Este é o campo que está aberto para nós. Recusar esse sujeito de direitos no qual fomos transformados para podermos ser democraticamente governados e insistir na vida para além de direitos e de governos, abrindo outros panoramas subjetivos. Os processos educativos, se nos conformam a esta subjetividade, podem também abrir outras formas de nos relacionarmos conosco, produzindo formas outras de vida (GALLO, 2017b, p. 92)

Quanto ao segundo conceito, de governamentalidade, Foucault (2014) aponta-nos que a noção de governo aparece no séc. XVI a partir dos problemas do “governo das almas e das condutas; [...] das crianças, problemática central da pedagogia” (FOUCAULT, 2014, p. 407-408), estendendo esta arte de governar a si mesmo e à família, uma vez que, para o autor, “o essencial é, portanto, esse conjunto de coisas e homens; o território e a propriedade são apenas variáveis” (FOUCAULT, 2014, p. 416). Em outras palavras, a governamentalidade atenta-se aos processos subjetivos na constituição os sujeitos.

Essa governamentalização do estado moderno ajudou a moldar a sociedade contemporânea, sobretudo na imbricação entre o público e o privado, espaço o qual o Estado pode ou não se fazer presente, em maior ou menor grau. Entende-se aqui que o Estado se faz presente no atravessamento de todos os corpos, de forma transversal, por ser ele o produtor de balizas comportamentais por meio das práticas biopolíticas.

Para Carvalho e Gallo (2020), “governar significa conduzir condutas. Isto é, as pessoas agem, nos mais variados contextos, elas se conduzem; governar não é impor uma conduta ou conjunto de condutas, mas orientar, conduzir as condutas das pessoas” (CARVALHO, GALLO, 2020, p. 149). Essa sutileza permite ao Estado melhores condições para a produção de formas de governo, de produções subjetivas.

Justamente por se atentar aos fatores subjetivos que a governamentalidade torna-se crucial em nossa análise: ela opera a partir das tessituras sociais, no engendramento da vida humana, seja ela na escola, na família, na política pública ou qualquer outra instituição atenta às conduções das condutas. O exercício do poder, ao ser corporificado nos sujeitos, faz com que estes sejam capazes de promover a manutenção desse Estado, uma vez que a governamentalidade opera sobremaneira na população.

Mais precisamente,

são as táticas do governo que, a cada instante, permitem definir o que deve ser do âmbito do Estado e o que não deve, o que é público e o que é privado, o que é estatal e o que é não-estatal. Portanto, se quiserem, o Estado em sua sobrevivência e o Estado em seus limites só devem ser compreendidos a partir das táticas gerais da governamentalidade. (FOUCAULT, 2008, p. 145).

Percebe-se, portanto, que a operacionalização conjunta do biopoder com a governamentalidade se dá efetivamente da objetivação dos sujeitos, a partir de gráficos e padrões, como também permite-nos perceber a existência de práticas de subjetivação por meio da produção de comportamentos compreendidos como normais e anormais, ambos ancorados nas técnicas de si. Será, portanto, nesse sentido que pensaremos sobre a campanha institucional para o uso das máscaras sanitárias.

ARTEFATO CULTURAL, CURRÍCULO E PEDAGOGIA EM TEMPOS DE COVID-19

De acordo com o Governo Federal, a justificativa para a realização do concurso citado anteriormente se deu por ser uma forma de “incentivar a adoção dos cuidados necessários e de estimular a utilização das máscaras faciais de forma lúdica”⁵. Na página oficial do Ministério, no *Facebook*, quando do anúncio da iniciativa, escreveu-se: “O uso de máscaras de proteção para conter a disseminação do novo coronavírus é recomendado para todos, inclusive crianças. Porém, alguns pais estão encontrando resistência dos pequenos na inclusão do item na rotina de cuidados”⁶.

Assim, entendemos a existência de uma expectativa curricular, isto é, um certo conteúdo a ser pedagogicamente ensinado com a iniciativa institucional. Essa pedagogia e esse currículo aqui discutidos diferenciam da pedagogia e do currículo escolares pelos recursos econômicos e tecnológicos que mobiliza, além do apelo afetivo, que tanto mais será eficaz quanto mais inconsciente for (SILVA, 2011). Parte deste conteúdo é anunciado objetivamente, por exemplo, “usar a máscara”; outra, não necessariamente. Afinal, “usar a máscara” é algo comumente entendido como eficaz e, portanto, bom, diante da Covid-19, por isso, muitas vezes, é uma prática naturalizada e pouco problematizada nos termos do contexto

⁵ Disponível em: www.encurtador.com.br/bsyB0. Acesso em: 31 de jul. 2020.

⁶ Disponível em: www.encurtador.com.br/anDL0. Acesso em: 31 de jul. 2020.

e de onde essa mensagem é emitida, neste caso, do atual Governo Federal. Aqui, mais do que entender o que pode estar “oculto” em termos de currículo, interessa-nos analisar aspectos explícitos que, por serem naturalizados, são tomados como dados visíveis, mas não problematizáveis em termos de contextos de poder e controle/governança. Interessa-nos o currículo no seu efeito de nos fazer conhecer determinadas coisas e não outras (LOURO, 2004).

Ao haver, portanto, um certo currículo cultural que produz valor e saber, regula condutas e modos de ser, fabrica identidades e representações, constitui-se certas relações de poder (SABAT, 2001) nessa pedagogia ali presente. Por exemplo, a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Ministério responsável pelo concurso, selecionou quatro ganhadores/as com as máscaras dos seguintes temas: “Dinossauro T-Rex”, “Princesas”, “Vaquinhas” e “Super-heróis”. Inegavelmente, essa seleção reflete imagens genericadas, isto é, demarcada por “inteligibilidade de gênero” (BUTLER, 2003), como se percebe no tema “dinossauro” (tema de diferentes artefatos criados para meninos) e “princesas” (tema de diferentes artefatos criados para meninas). Mas não apenas nisso, afinal, “vaquinhas” e “super-heróis” também podem ser lidos na perspectiva de gênero. Afinal, pela mídia, sabe-se que a criadora da máscara de “vaquinha” é uma menina e o criador da de “super-herói” é um menino. Dito de outro modo, “o currículo, como um espaço de significação, está estreitamente vinculado ao processo de formação de identidades sociais” (SILVA, 2011, p. 27).

A genericação das crianças (o que chamamos também de pedagogização do gênero) através da ludicidade foi objeto de vários estudos no campo da Educação (KISHIMOTO, ONO, 2008; XAVIER FILHA, 2011, CARDOSO, NASCIMENTO, 2017; entre outros/as). O que estes estudos apontam é o quanto o brincar, assim como o brinquedo, são parte dos processos de identificação e diferenciação em termos de gênero. Por isso, por mais que o concurso afirmasse que as máscaras faciais confeccionadas pudessem ser ou não temáticas, isto é, permitia que as crianças expressassem de forma “livre” a imaginação e a criatividade, normas e convenções genericadas para o prêmio não estariam de fora e mostraram-se presentes em suas confecções, conforme destacado pelas fotos dos/as participantes e de suas criações divulgadas na internet.

⁷ Disponível em: www.encurtador.com.br/euCNW. Acesso em: 5 de ago. 2020

Segundo Vianna e Finco (2016), o minucioso processo de feminilização e masculinização dos corpos de meninos e meninas está presente no controle dos sentimentos, no movimento corporal, no desenvolvimento de habilidades e de modelos cognitivos, tudo “relacionado à força das expectativas que nossa sociedade e nossa cultura carregam” (VIANNA e FINCO, p. 272). É nessa perspectiva sociocultural que compreendemos as máscaras sanitárias infantis – porque feitas e usadas por crianças.

Deste ponto de vista, entendemo-las enquanto tecnologias protéticas de gênero (PRECIADO, 2018). Afinal, foram produzidas como um “acontecimento de incorporação”. A eficiência protética, em que o concurso está inserido, permite-nos compreender o quanto, historicamente, conforme apontou Preciado, as próteses mostram-se como “a única forma de ‘ser corpo’ em nossas sociedades pós-industriais. A prótese não é abstrata, não existe se não aqui e agora, para este corpo e neste contexto” (PRECIADO, 2002, p. 168), dando sentidos contextualizados e produzindo subjetividades neste próprio corpo e daqueles/as que com ele se relacionam.

É essa historicidade e direcionamento que tornam as próteses, neste caso, as máscaras sanitárias infantis, artefatos culturais, isto é, uma produção cultural e que, por isso, “funcionam como elementos de redes de significação, por onde circulam e são fabricados os sentidos que damos às experiências de gênero e sexualidade (e tantas outras)” (FERRARI e CASTRO, 2018, p. 102). Essa forma de circular e fabricar sentidos fazem com que elas nos indiquem “como devemos agir e pensar, anunciando modos de ser e estar mais ou menos conformes com as normas” (FERRARI e CASTRO, 2018, p. 102). A imagem das crianças (herói) em oposição ao do vírus (vilão) diz muito sobre os valores simbólicos em que a “proteção facial” aqui discutida está inserida.

Exatamente por isso, essas próteses-artefatos, enquanto tecnologias médicas, “não são mais apenas tecnologias da saúde, mas tecnologias da vida” (RODE, 2011, p.16). Podemos afirmar que essas “tecnologias da vida” independem do investimento sofisticado, de materiais altamente elaborados em termos tecnológicos ou de processos de trabalho complexos, para ter o efeito simbólico e prático que aqui estamos discutindo.

Ainda que tenhamos, cada vez mais, por meio de grandes empresas, laboratórios e complexas redes de pesquisa e inovação uma tecnologia médica,

nem sempre acessível a maior parte das populações, o artefato aqui discutido pode ser entendido como “simples” e “barato”. Inclusive, em um dos anexos do regulamento para a participação no concurso, perguntava-se, através de uma lista com diferentes opções, sobre o material utilizado pela criança: tecido/TNT, elásticos, cola, tinta/pincel/canetas coloridas ou máquina de costura.

A máscara, enquanto artefato cultural, nos permite, portanto, pensar o quanto “a doença é um processo ‘experencial’, isto é, o quanto “suas manifestações dependem de fatores culturais, sociais e psicológicos, operando conjuntamente com processos psicobiológicos” (LANGDON, 1994, p.115). É essa operação conjunta que está produzindo pessoas e relações sociais, portanto, que nos diz sobre o que e como tem sido ensinado e aprendido. Afinal, “conduzir e conectar corpos e vidas é efeito das artimanhas de um currículo, é efeito da pedagogia que lhe é específica, efeito de suas vontades de sujeito” (MAKNAMARA, 2020, p. 61-62).

Não se trata de perder de vista a sua funcionalidade objetiva, que é a proteção. Antes, levar a análise da funcionalidade protética para além do comumente dado como sendo o único sentido, isto é, a finalidade evidente como a única ou principal função ou efeito do artefato. Ainda que nas regras da premiação tinha o alerta do quanto seria “considerada a demonstração, ainda que visual, da função protetora da máscara facial produzida”⁸, queremos chamar a atenção para o fato de que “o que as pessoas percebem como doença e os sintomas a ela associados são modulados pelo sistema cultural, assim como as ações curativas tomadas e as avaliações subseqüentes”. (LANGDON, 1994, p. 118).

Assim, para compreendermos o cenário atual, é de grande importância considerarmos o sistema cultural em que se está inserido e, nesse sentido, a máscara torna-se uma peça-chave nesse sistema, uma vez que a sua produção e o seu uso, enquanto artefato, com currículo e pedagogia cultural, dizem muito sobre a doença e os sintomas, mas também sobre as experiências que constituem o próprio corpo em sociedade nesse momento histórico de enfrentamento de uma pandemia. Isso porque entendemos o corpo como lócus de articulação de relações e legitimador de princípios sobre a sociedade (MONTEIRO, 2012).

⁸ Disponível em: www.encurtador.com.br/muJMT. Acesso em: 28 de out. 2020.

GOVERNAMENTO DAS INFÂNCIAS PARA MELHOR EFETIVAÇÃO DA GOVERNAMENTALIDADE DEMOCRÁTICA

Em nossa leitura, a referida campanha ancora-se na imagem de duas mulheres com o intuito de atrelar o ato do bem cuidar e do zelar as infâncias às mulheres, uma vez que em momento algum a campanha faz uso de homens em seus vídeos promocionais. Para Veiga-Neto, “governar a infância significa educar as crianças, moldando-lhes a alma que é, ao mesmo tempo, efeito e instrumento de uma anatomopolítica dos e sobre os corpos infantis” (VEIGA-NETO, 2019, p. 55). Um instrumento capaz de extrair o melhor possível de seus corpos, controlando-o e produzindo-o por meio de ações de governo. Agora, para que fosse possível produzir formas de governo das infâncias, houve a necessidade de fazer dela enquanto um dispositivo. Para tanto, com o intuito de melhor extrair proveito de seus corpos, sistematizou-a em etapas, faixas etárias, ciclos de aprendizagens. Crianças normais e crianças anormais. Com máscaras e sem máscaras.

Ao dividir a sala de aula em séries, faixas etárias e ciclos de aprendizagem possibilita-se ao estado sua melhor operacionalização, sobretudo a partir de suas bases neoliberais, onde competições e individualidades são reiteradas discursivamente de forma sistemática. Ainda nesse sentido, ao dividirmo-la em séries e faixas etárias, temos maiores condições de gerar governo de seus corpos, produzir formas de vida e mapear doenças e desvios à norma. Coisifica-se o corpo humano para torná-lo produto e produtor de sentidos de acordo com as regras em jogo e, conforme destacado na seção anterior, por meio do governo das infâncias no uso de máscaras.

Vale destaque ainda a diferença entre as escolas públicas e as escolas privadas no combate ao coronavírus ou, ao menos, na tentativa de. Citamos, por exemplo, as escolas de elite de São Paulo que contam com convênio⁹ com hospitais também de elite, ao passo que, na outra ponta da realidade socioeconômica brasileira, em escolas públicas como a de Manaus¹⁰, os alunos receberam máscaras em descompasso com o tamanho de seus rostos, gerando ondas de deboches e memes¹¹ por parte destes.

⁹ Disponível em: www.encurtador.com.br/J2345. Acesso em: 15 de set. 2020

¹⁰ Disponível em: www.encurtador.com.br/nqHIV. Acesso em: 15 de set. 2020

¹¹ “Os memes, em grande parte, são produzidos em baixa qualidade técnica, possuindo, em alguns casos, um aspecto grosseiro e intencionalmente descuidado, além de serem realizados de forma lúdica e com uma aparente pretensão de provocar um efeito risível” (HORTA, 2015, p. 13).

A atenção dada por Foucault nas “estimativas demográficas, cálculo de pirâmide das idades, [...] diversos estímulos ao casamento e à natalidade, desenvolvimento da educação e a formação profissional” (FOUCAULT, 1997, p. 18) se dá pelo entendimento de que são formas de se produzir tecnologias de controle da população e, tão logo identificou estas especificidades. Foucault (1987) atenta-se às infâncias, sobretudo a partir das práticas pedagógicas modernas, uma vez que, quando sistematizadas, torna-se necessário produzir novas tecnologias de governmentação para o efetivo controle das populações.

Num intento de promovermos dois deslocamentos aqui, primeiramente pensamos com Deleuze (1990) acerca da sociedade do controle e em como o artefato cultural da máscara é capaz de gerar divisões sociais para melhor controlá-la. Isso se dá de modo como também um certo “currículo de controle” é possível nos contextos societários apontados por Deleuze (1990). Afinal, o próprio lançamento da campanha nas redes sociais coloca o uso da máscara dentro, mas também fora da escola, promovendo um entendimento de que não precisamos mais das paredes escolares, como também não precisamos mais das paredes das fábricas e nem dos hospitais, já que as crianças usam máscaras independentemente do estarem “dentro” de uma instituição ou “fora” dela.

Já o segundo deslocamento, vem a ser à questão da subjetivação ali envolvida, ali presente: quanto mais produzimos campanhas de conscientização do uso individual da máscara, mais a sociedade será subjetividade à lógica neoliberal do individualismo e do bem-estar social, naquilo que Guattari (1986) cunhou de subjetividades capitalísticas e o quanto essa maquinaria é capaz de produzir comportamentos. Isso, contudo, não nos coloca como “negacionistas” em termos do papel fundamental que o uso de máscaras tem na proteção a Covid-19. A crítica aqui é de outra ordem.

Quando o interesse da campanha institucional é promover a necessidade do uso da máscara enquanto forma de proteção, entende-se a atenção do Governo Federal em olhar para as infâncias a partir da necessidade de que “corrigir, educar, controlar, medicalizar a criança é evitar o descaminho do adulto virtual que nele há” (CARVALHO, 2019, p. 27). Nesse sentido, Carvalho nos provoca a partir da apreensão de que “se a infância é uma experiência singular concretizada nas artes de governo, portanto, [...] os temas que lhes dizem respeito acabam por tocar a própria formação estrutural no conjunto geral de nossa sociedade” (CARVALHO, 2019, p. 28).

Esta noção de governo dos corpos, das crianças, das almas e das condutas foi amplamente trabalhada por Michel Foucault, tanto a partir da conceituação de biopoder como de governamentalidade, conforme destacado no início desse texto. Estes dois conceitos muito nos interessaram em virtude de identificarmos elementos deste aporte conceitual ao longo da campanha institucional promovida pelo Ministério.

Ao relacionar a arte de governar existente no governo enquanto instituição pública e na família enquanto instituição privada, a criança torna-se elemento central dessa governamentalidade a partir das práticas pedagógicas modernas, sobretudo por olhar para as crianças e para as infâncias enquanto fruto de suas construções sociais.

Ariès lembra-nos que “a infância foi prolongada além dos anos em que o garotinho ainda andava com o auxílio de 'guias' ou falava seu 'jargão' [...] foi introduzida [...] a etapa da escola, do colégio” (ARIÈS, 2018, p. 123). Assim, faz-se da arte de governar por meio da educação e da escolarização pilares fundamentais para a sustentação do estado moderno, tal qual o conhecemos hoje.

Entendendo a educação como uma forma de governo das almas e dos corpos, onde uns são constituídos de dispositivos de saber-poder para produzir governo sobre os corpos daqueles/as ainda destituídos¹², ou seja, dos/as alunos/as em processo de formação, disciplinarização e normalização presentes na escola, é de grande importância olharmos para a campanha institucional ministerial para pensarmos em quais tipos de cidadãos e cidadãs estão sendo ali produzidos/as.

Ainda de acordo com Veiga-Neto (2019), “governar a infância significa educar as crianças, moldando-lhes a alma que é, ao mesmo tempo, efeito e instrumento de uma anátomopolítica dos corpos infantis” (VEIGA-NETO, 2019, p. 55). Assim, as infâncias podem ser instrumentalizadas ao neoliberalismo, produzindo formas de viver normalizadas de acordo com a referida noção presente no estado moderno ocidental.

Este governo das crianças, ou governo das infâncias, opera nas próprias infâncias “com o objetivo de conduzi-la para determinados lugares numa cultura,

¹² Pontua-se aqui, apenas a título de curiosidade, que esta relação entre constituídos e destituídos não significa que os destituídos não tenham condições de estabelecer relações de saber-poder, muito pelo contrário, quaisquer corpos presentes na sociedade são atravessados por tais relações, produzidos e produtores destas. Apenas fizemos esta analogia para melhor destacarmos a função da escola na produção de governo dos corpos das infâncias.

para determinadas posições numa sociedade e para determinadas formas de vida já partilhada por aqueles que já estavam aí” (VEIGA-NETO, 2019, p. 56). Para tanto, convidamos o/a leitor/a à necessária reflexão acerca de quais tipos de infâncias estão sendo pedagogicamente (portanto, culturalmente) produzidas nesta campanha institucional e quais desdobramentos familiares dela serão gestados.

Neste sentido, Gallo (2017a, 2017b) analisou as políticas públicas educacionais, como a LDB, os PCNs, as Diretrizes Curriculares Nacionais, o Plano Nacional de Educação e a BNCC e concluiu que o estado, após a Constituição Federal de 1988, passou-se a operar na singularidade da sociedade, num operador conceitual cunhado por ele de governamentalidade democrática. O mesmo ocorre quando pensamos na máscara enquanto um artefato cultural e em como o atual governo, por meio deste Ministério, desenvolveu o referido concurso de máscara. Neste sentido, apostamos na validade da utilização do referido operador para continuarmos a pensar sobre ela, a máscara, enquanto um artefato cultural.

Para o autor, “governar um rebanho não é apenas dirigi-lo, mas também cuidar dele; cuidar do rebanho como um todo, mas também de cada indivíduo que o compõe” (GALLO, 2017b, p. 86). Esta sua citação em referência a “governar um rebanho” coincidentemente vem bem a calhar perante o fato de a criança ganhadora do concurso de máscara¹³ do Ministério ser uma menina de 7 anos, da região serrana do Espírito Santo, e ter confeccionado uma máscara de gado em homenagem ao pai e ao avô, criadores destes.

Percebemos aqui uma importante dobra no artefato em si, ou do que está em torno do currículo e da pedagogia do uso de máscaras e as infâncias na pandemia. A nossa percepção é a de que há um governo sobre as infâncias, uma forma de não apenas promover comportamentos esperados como também uma nova subjetividade neoliberal a partir de um olhar individualizante sobre si, no que se refere ao “eu estou me cuidando ao usar a máscara” enquanto também permite e produz um olhar de vigilância perante o outro, aquele que não está usando a máscara. Vale destacar que esse olhar não diz respeito a uma certa preocupação para com o outro, com a saúde dele, mas sim em como esse descuidar-se de si coloca o eu sob risco. Ou seja, entendemos aqui a máscara

¹³ Disponível em: www.encurtador.com.br/benxO. Acesso em: 15 de set. 2020

coadunando para um fortalecimento da subjetividade individual neoliberal, da produção do governo de si.

AS MÁSCARAS VIRAM MEMES EM MEIO A PANDEMIA

As máscaras sanitárias como artefato cultural, com o seu currículo e pedagogia cultural, também nos possibilitam refletir sobre as não correspondências com as expectativas de controle, especialmente em uma sociedade caracterizada de forma digitalmente midiática. No intento de acessar a produção midiática envolvendo as máscaras, em busca de uma diversidade maior de memes a partir daquele já citado anteriormente, escrevemos no *google imagens* a expressão “memes de máscaras para escola”¹⁴. Citaremos nesta seção alguns dos memes encontrados em nossa busca.

A expectativa curricular presente na máscara enquanto um artefato cultural, considerando parte da produção midiática em forma de memes, pode ser tanto potencializada como ridicularizada, a depender de quais diálogos são produzidos pelos seus proponentes. O que percebemos é que o efeito do currículo implica diferentes pedagogias, para além daquela mesma do concurso em si. O concurso e a temática deste artigo estão contextualizados em um momento crucial das relações pedagógicas e curriculares contemporâneas, especialmente no campo digital-midiático. Afinal,

Serviços como o Youtube e o Facebook foram convertidos nas arenas de enfrentamento de diferentes pontos de vista de sobre questões políticas, sociais e legais. Porém, quaisquer que sejam as posições, todas elas inexoravelmente contribuem para a disseminação do conteúdo em questão (PADILHA e DUQUE, 2020, p. 84).

Como entendemos a sociedade a partir do marcador relacional, não apenas quem propõe o seu uso torna-se um produtor de discursos de verdade, mas também aquele que “recebe” este discurso também é capaz de produzir os seus próprios discursos de verdade. Aqui, vale destaque os discursos antagônicos presentes no próprio Governo Federal: enquanto determinados agentes públicos propagandeiam a importância do uso da máscara como formas de se evitar o contágio do coronavírus, o presidente da República faz aparições públicas sem o

14 Disponível em www.encurtador.com.br/cgzFI, Acesso em: 15 de set. 2020

seu uso e promove aglomerações de multidões partidárias a ele, chegando ao limite de afirmar que a eficácia da máscara é praticamente nula¹⁵.

Na contramão do uso político das máscaras, uma cidadã carioca ficou demasiadamente irritada com o material distribuído pela prefeitura do Rio de Janeiro. De acordo com vídeo postado nas redes sociais¹⁶, ela afirma: “não acredito que o Seu Presidente mandou pegar aqueles abanador de leque do carnaval e fazer essa máscara [...] tem condições de usar essa máscara aqui?”. Ela ainda provoca os poderes políticos sobre a gestão de saúde pública: “alô, Seu Presidente, por que que o senhor não bota essa máscara aqui? Por que eu não vejo nem o senhor de máscara, aí quer mandar fazer umas máscaras dessas? Que palhaçada hein, Seu Presidente?” Esta sua afirmação inicial nos foi interessante porque, enquanto muitos políticos usam máscaras de tecido, com estampa do logo das prefeituras e campanhas institucionais, ao povo foi dado uma máscara descartável de papelão. Percebe-se também a dificuldade em diferenciar ações de âmbito Federal daquelas de âmbito Estadual, imputando à presidência a responsabilidade por uma ação do Governo do Estado do Rio de Janeiro. No caso, a distribuição de máscaras sanitárias.

A indignação da cidadã continua ao perguntar: “o senhor tá achando o que? Que eu sou tucano para estar usando essa porra? Olha só que coisa horrível. Porra, eu já não sou bonita, ainda boto uma porra dessa... Porra, eu não tô entendendo nada.” Evidentemente que seu vídeo se tornou viral e memes foram produzidos, principalmente porque ela fica de lado e a máscara aparenta ser um bico de tucano, conforme ela mesma destacou em sua narrativa.

Duque (2018), ao analisar o artefato cultural Inês Brasil¹⁷ e em como o riso pode ser uma forma de resistência, afirma que “o riso é uma experiência histórica, isto é, não é o mesmo sempre e está envolto nas relações de poder e de subjetivação que o envolvem desde muito tempo” (DUQUE, 2018, p. 240). Portanto, quando uma moradora de uma comunidade no Rio de Janeiro grava um vídeo rindo de si e da “máscara de bico de tucano” e afirma “porra, eu já não sou bonita, ainda boto uma porra dessa...”, ela está produzindo um deslocamento perante a própria situação por ela vivenciada.

¹⁵ Disponível em: www.encurtador.com.br/KNRZ4. Acesso em: 15 de set. 2020

¹⁶ Disponível em: www.encurtador.com.br/stxJS. Acesso em: 15 de set. 2020

¹⁷ Inês Brasil é uma personagem midiática, tanto da TV como da Internet, com um número de seguidores expressivo. Ela é uma compositora, cantora e dançarina brasileira.

Vale destacar que o riso pode ser utilizado tanto como arma para atacar pessoas como possibilidades de se defender destes mesmos ataques, conforme trabalhado no documentário *O Riso dos Outros*¹⁸. Quando jovens fazem memes com a máscara e quando esta moradora faz gracejos com a situação, percebe-se uma forma de resistências aos controles sociais produzidos ao longo da pandemia. Um exemplo disso foi o próprio efeito político, e risível, da “máscara de gado” de uma das crianças ganhadora, já citada aqui.

“Gado” tem sido um termo pejorativo destinado aos/às apoiadores/as do governo federal, principalmente, nas redes sociais. A justificativa é a falta de autocrítica por terem apoiado a candidatura de Bolsonaro, assim como a ausência de reprovações às atitudes do Presidente diante de vários temas, inclusive a própria maneira como ele lida com a pandemia no Brasil. “Gado”, que tematifica uma das máscaras ganhadora, também é como muitos/as fãs do presidente são vistos/as por não refletirem e, simplesmente, “seguirem a boiada” de apoiadores/as do atual governo¹⁹.

Portanto, como apontam Paraiso e Caldeira (2018), sendo o currículo território político, ético e estético incontrolável, ele será usado para regular e ordenar corpos e comportamentos, conforme discutimos anteriormente. Contudo, segundo as mesmas autoras, ele, o currículo, “pode também ser território de escapes de todos os tipos, no qual se definem e constroem percursos inusitados, caminhos mais leves, trajetos grávidos de esperança a serem percorridos” (Idem, p. 13). Por isso, não se trata de ter uma visão pessimista sobre os usos das máscaras como artefatos. Considerando isso,

o fundamental é problematizarmos o que produzimos, não para fugir das reiterações normativas e convencionais, mas para reconhecermos e apostarmos nos seus escapes, em seus fluxos fora do controle, não facilmente identificáveis, ainda que comumente inteligíveis (DUQUE, 2012, p. 145-146).

Os memes envolvendo as máscaras, em especial uma das premiadas no concurso do Governo Federal, é um exemplo do quanto esse território curricular

18 Disponível em: www.encurtador.com.br/pP058. Acesso em: 15 de set. 2020

19 Uma página do Facebook intitulada “Gado do Bolsonaro” é um dos exemplos onde a crítica a apoiadores/as do presidente pode ser encontrada nas redes sociais. Disponível em: <https://www.facebook.com/gadodobolsonaro/>. Acesso em: 05 de out. 2020.

produz pedagogias outras, que não aquelas exclusivamente de controle ou aderência aos fins governamentais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutimos neste texto sobre as máscaras sanitárias infantis, enquanto artefatos culturais, contextualizadas em um período pandêmico e midiático. O concurso proposto pelo Ministério Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, do Governo Federal do Brasil, possibilitou-nos pensar o currículo e a pedagogia cultural relacionada a esse artefato no que se refere a governamento das infâncias.

Além da questão geracional, visto que o referido concurso se destinava às crianças, outras marcas de diferenciação também puderam ser trazidas para a discussão, não somente a partir do fato de seu prêmio, mas também pelas temáticas das máscaras produzidas e premiadas. Assim, a governamentalidade democrática atinge, curricular e pedagogicamente, as infâncias a partir de processos de identificação protética de gênero.

Considerando a perspectiva teórica utilizada, sabemos que, se podemos afirmar que existe um controle das infâncias em curso, também há não correspondências com as expectativas deste mesmo governo/Governo. As máscaras sanitárias infantis, às vezes, fogem do controle em relação a sua função de controlar, multiplicando-se, enquanto artefato, nos memes que colocam em circulação midiática críticas, ainda que risonhas, ao que se queria com o incentivo do seu uso. Os artefatos, por seus currículos e pedagogias, circulam em redes de significação que produzem controle e resistências para além de uma luta contra o coronavírus.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Tássio; GALLO, Silvio. A educação em disputa no Brasil contemporâneo: entre os estudos de gênero, a dita ideologia de gênero e a produção de uma 'ideologia de gênese'. **Educação**, Santa Maria, v. 45, 2020, p. 1-28.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e família**. 2. ed. reimp. Rio de Janeiro: LTC, 2018

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, 1997.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos/Gabinete da Ministra. **Portaria nº 629**, de 13 de março de 2020.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 8.069**, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 8.245**, de 18 de outubro de 1991.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 10.836**, de 9 de janeiro de 2004.

CARDOSO, Livia de Rezende; NASCIMENTO, Daniela Lima do Nascimento. Você brinca de boneca, mas é menino: sujeitos, gêneros e sexualidades em brincadeiras infantis. **Educação**, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 250-262, maio-ago. 2017.

CARVALHO, Alexandre Filordi. Por uma ontologia política da (d)eficiência no governo da infância. *In*: RESENDE, Haroldo de. **Michel Foucault: o governo da infância**. 1 ed. 1 reimp., Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p. 25-48.

CARVALHO, Alexandre Filordi de; GALLO, Silvio D. de Oliveira. Foucault e a governamentalidade democrática: a questão da precarização da educação inclusiva. **Mnemosine** Vol.16, no1, p. 146-160. Parte Especial, 2020.

DELEUZE, Gilles. **Pourparlers**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1990.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992.

DUQUE, Tiago. “Transmissão, fluxos e desejos: pensando sexualidades juvenis, mídia e aids”. *In*: **Olhares plurais para o cotidiano: gênero, sexualidade e mídia**.

Tr: PELÚCIO, Larissa... [et al.]. (Orgs.). Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, p. 132-150.

DUQUE, Tiago. Ninguém nasce Inês Brasil, torna-se Inês Brasil: artefato cultural, pânico moral e “ideologia de gênero” em Campo Grande (MS). **Momento: diálogos em educação**, Rio Grande, v. 28, n. 3, p. 227-247, set./dez, 2018

FERRARI, Anderson; CASTRO, Roney P. de. Debates insubmissos na educação (apresentação de dossiê). **Revista Debates Insubmissos**, Campina Grande, v.1, n.1, p. 101-103, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Vigia e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **A História da Loucura na Idade Clássica**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 28 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GALLO, Silvio. Políticas da diferença e políticas públicas em educação no Brasil. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 31, n. 63, p. 1497-1523, set./dez. 2017a.

GALLO, Silvio. Biopolítica e subjetividade: resistência? **Educar em Revista**, Curitiba, v. 33, n. 66, p. 77-94, out./dez. 2017b.

GUATTARI, Félix. **Micropolítica: cartografias do Desejo**. Petrópolis, Vozes, 1986.

HORTA, Natália Botelho. **O meme como linguagem da internet: uma perspectiva semiótica**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade de Brasília, 2015.

KISHIMOTO, Tizuko Mochida; ONO, Andréia Tiemi. Brinquedo, gênero e educação na brinquedoteca. **Pro-Posições**, Campinas, v. 19, n. 3, p. 209-223, dez. 2008.

KOZINETS, Robert V. **Netnografia**: realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso, 2014.

LANGDON, Esther Jean. Representações de Doença e Itinerário terapêutico dos Siona da Amazônia Colombiana. *In*: SANTOS, Ricardo V.; COIMBRA JR, Carlos E. A. (Orgs.). **Saúde e povos indígenas**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1994. p. 115-414.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2014.

MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de Pesquisas pós-críticas ou Sobre como Fazemos nossas investigações. MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves. (Orgs.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em Educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014. p. 17-24.

MAKNAMARA, Marlécio. Quando artefatos culturais fazem-se currículo e produzem sujeitos. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 27, n. 1, p. 04-18, mai./ago. 2020.

MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. **Novas modalidades de família na pós-modernidade**. Tese de Doutorado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2010.

MONTEIRO, Marko S. Alves Monteiro. **Os dilemas do humano**: reinventando o corpo em uma era (bio)tecnológica. São Paulo: Annablume, 2012.

NOVELL, Marcio. Do off-line para o online: a netnografia como um método de pesquisa ou o que pode acontecer quando tentamos levar a etnografia para a Internet? **Metodista**, São Bernardo do Campo, n. 12, p. 107-133, 2010.

PADILHA, Felipe; DUQUE, Tiago. O riso dos outros: humor, política e mídias digitais. *In*: TRINDADE, Ronaldo; CALDAS, Carlos Alberto Amorim. (Orgs.). **Diversidade em Perspectiva** - Vol. 2. 1ed. Cametá: Editora da UFPA, 2020, p. 81-96.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto contra-sexual:** práticas subversivas de identidade sexual. Madrid: Opera Prima, 2002.

PRECIADO, Paul. **Texto Junkie:** sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: n° 1 edições, 2018.

ROSE, Nikolas. Biopolítica molecular, ética somática e o espírito do biocapital. *In:* SANTOS, Luis Henrique Sacchi dos; RIBEIRO, Paula Regina Costa. (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade:** instâncias e práticas de produção nas políticas da própria vida. Rio Grande: FURG, 2011, p. 13-31.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **O currículo como fetiche:** a poética e a política do texto curricular. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

VEIGA-NETO, Alfredo. Dominação, violência, poder e educação escolar em tempos de Império. *In:* RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. (Orgs.). **Figuras de Foucault.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 13-38

VEIGA-NETO, Alfredo. Por que governar a infância? *In:* RESENDE, Haroldo de. **Michel Foucault:** o governo da infância. 1 ed. 1 reimp., Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p. 49-56.

VIANNA, Claudia; FINCO, Daniela. Meninas e meninos na Educação Infantil: uma questão de gênero e poder. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.33, p. 265-283, 2016.

XAVIER FILHA, Constantina. Era uma vez uma princesa e um príncipe...: representações de gênero nas narrativas de crianças. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 591-603, 2011.

Recebido em 07 de dezembro de 2020

Aprovado em 20 de julho de 2021